

Juventud, generación y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político

Elisa Guaraná de Castro
Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Brasil

Abstract

En Brasil y en otros países de América Latina, los movimientos sociales se están organizando hoy a partir de la identidad juventud y presentándose como un actor político. La juventud rural se está movilizando para identificar formas organizativas que reivindican cuestiones específicas, pero también cuestiones generales. Por un lado, ser joven en los movimientos sociales también implica limitaciones en lo que respecta al espacio de participación, a la posibilidad de ser oído, a la dificultad de poder colocarse en un espacio de decisión. Por otro lado, otras cuestiones se colocan para ese actor político. Esa identidad social surge en el medio rural brasileño de forma más visible, y de forma organizada, en los años 2000. O sea, una generación que se percibe como tal y que enfrenta ese mundo rural en conflicto, desigual, todavía tan distante al acceso de bienes y servicios y de una reforma agraria. Para analizar estas cuestiones y discutir las “nuevas prácticas políticas” que hoy se presentan en el centro de ese proceso, propongo dos recortes: el primero, revisar el concepto de generación, en el sentido de observar las posibilidades de análisis de la juventud como categoría social y política. Como desmembramiento de ese esfuerzo teórico, analizar los procesos organizativos que se presentan en algunos movimientos sociales rurales en Brasil hoy, a la luz de la concepción de generación y de procesos de comprometimiento y participación política como construcción de la acción política colectiva. El segundo es analizar algunas prácticas políticas de los movimientos sociales rurales en Brasil a partir de sus organizaciones de juventud y observar las continuidades, tensiones y posibles procesos de transformación en las prácticas políticas de la juventud rural.

Palabras clave: Juventud, Compromiso político, Identidad política, Generación, Prácticas políticas.

Social movements in Brazil and other Latin American countries are organizing today around youth identity, introducing themselves as political actors. The rural youth is mobilizing around specific claims, but also for more general issues. On the one hand, being young in social movements also implies limitations as regards

participation, the possibility of being heard, and a difficult access to decision-making levels. On the other, this political actor is faced with further obstacles. In rural Brazil, this social identity becomes visible and more organized in the 2000s, meaning a generation that views itself as such and challenges an unequal, conflictive rural world deprived of the access to goods and services and still lacking an agrarian reform.

In order to analyze these topics and discuss current “new political practices” I suggest a two-fold approach. First, to review the notion of “generation,” in terms of youth as a social and political category, by analyzing the organizational processes of some rural social movements in Brazil today in light of the notion of generation and the processes of political commitment and participation as elements of collective action. Second, to analyze political practice in rural social movements in Brazil based on their youth organizations, and follow the continuities, tensions, and possible transformations in the political actions of rural youth.

Keywords: youth, political commitment, political identity, generation, political practice,

Resumo

No Brasil e em outros países da América Latina movimentos sociais rurais estão hoje se organizando a partir da identidade juventude e se apresentando como ator político. Juventude rural está sendo acionada para identificar formas organizativas que reivindicam questões gerais, mas, também, questões específicas. Por um lado, ser jovem nos movimentos sociais também carrega limitações quanto a espaço de participação, quanto a possibilidade de ser ouvido, a dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão. Por outro lado, outras questões se colocam para esse ator político. Essa identidade social surge no meio rural brasileiro de forma mais visível, e de forma organizada, nos anos 2000. Ou seja, uma geração que se percebe como tal e que enfrenta esse mundo rural em conflito, desigual, ainda tão distante do acesso de bens e serviços e um mundo rural distante de uma reforma agrária. Para analisarmos essas questões e discutirmos “novas práticas políticas” que hoje se apresentam no bojo desse processo proponho dois recortes. O primeiro revisitar o conceito de geração no sentido de observar as possibilidades de análise da juventude como categoria social e política. Como desdobramento desse esforço teórico, analisar os processos organizativos que se apresentam em alguns movimentos sociais rurais no Brasil hoje, à luz da concepção de geração e de processos de engajamento e participação política como construção da ação política coletiva. O segundo é analisar algumas práticas políticas de movimentos sociais rurais do Brasil a partir de suas organizações de juventude e observar as continuidades, tensões e possíveis processos de transformação nas práticas políticas da juventude rural.

Palavras-chave: Juventude, engajamento político, identidade política, geração, práticas políticas.

Introdução

Os movimentos sociais no Brasil são, hoje, palco do surgimento de novas organizações de juventude rural. Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – juventude rural ao longo da história e em muitos países foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social (Maresca, S., 1983) – hoje estamos testemunhando uma reordenação desta categoria. Jovem da roça, juventude rural, jovem rural, jovem agricultor, camponês são categorias mobilizadoras de atuação política. Apesar dessa “movimentação” esse “novo ator” é pouco conhecido. Em comum, uma juventude rural que ainda se confronta como classe object (Bourdieu, P., 1977), com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo.

A categoria juventude rural está sendo acionada para identificar formas organizativas que reivindicam questões gerais, mas, também, questões específicas. Por um lado, ser jovem no meio rural brasileiro implica enfrentar questões como a falta de acesso a bens e serviços em um meio rural desigual e violento. Por outro lado, ser jovem nos movimentos sociais também carrega limitações quanto a espaço de participação, quanto à possibilidade de ser ouvido, a dificuldade de ser reconhecido em espaços de decisão. Essa identidade social surge no meio rural brasileiro de forma mais visível, e de forma organizada, nos anos 2000 (Castro, E. G. de; Almeida, S., et ál, 2007). Ou seja, observamos no contexto atual uma geração que se identifica como juventude nos movimentos sociais e no meio rural brasileiro e que enfrenta um mundo rural em conflito e ainda distante de uma reforma agrária.

Para analisarmos essas questões e discutirmos “novas práticas políticas” que hoje se apresentam no bojo desse processo proponho dois recortes. O primeiro revisitar o conceito de geração no sentido de observar as possibilidades de análise da juventude como categoria social e política a partir da chave geracional. Como desdobramento desse esforço teórico, analisar os processos organizativos que se apresentam em alguns movimentos sociais rurais no Brasil hoje, à luz da concepção de geração e de processos de engajamento e participação política como construção da ação política coletiva. O segundo é analisar algumas práticas políticas de movimentos sociais rurais do Brasil a partir de suas organizações de juventude e observar as continuidades, tensões e possíveis processos de transformação nas práticas políticas da juventude rural.

Um dos repertórios de ação dos movimentos sociais tem sido a

mobilização, daqueles identificados como juventude, em eventos nacionais e/ou regionais. Um formato recorrente é o acampamento. No ano de 2006 diversos eventos assumiram essa denominação ou se organizaram como acampamentos. No Brasil tivemos - II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar; II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, dentre outros. Na Argentina ocorreu o VI Campamento Latinoamericano de Jóvenes. Este artigo analisará o processo de mobilização das organizações dos movimentos sociais rurais a partir da categoria juventude. Em especial trabalharemos o evento acampamento como parte de um repertório de ação política; como espaço onde se consolida a militância como identidade social; e como um momento de visibilidade e construção da própria categoria juventude nos movimentos sociais rurais e para a sociedade brasileira.

Esse trabalho é uma ordenação preliminar dos resultados do projeto de pesquisa intitulado: “Os jovens estão indo embora?” – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil”, (DLCS/UFRRJ/FAPERJ). O objetivo do projeto é analisar a construção e reordenação da categoria “juventude rural”, como representação social, em diferentes movimentos sociais, e sua luta pela visibilidade e reconhecimento político¹. A metodologia empregada se valeu de instrumentos qualitativos e quantitativos. Foi realizado um levantamento de dados e documentos junto aos próprios movimentos sociais, bem como em organismos governamentais e não-governamentais; o acompanhamento e a observação direta de eventos de caráter nacional e regional organizados pelos próprios

¹ Os dados utilizados nesse artigo são referentes à pesquisa, em andamento, “Os jovens estão indo embora?” – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil”, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro, iniciada em 2006 e com previsão de término para 2009, sob o contrato número E-26/170.325/2006 – APQ1. E dados preliminares do “Estudo sobre o perfil e a composição junto aos movimentos sociais rurais do Brasil”, que integra o Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável” – PCT MDA-NEAD/IICA coordenado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD/MDA, iniciada em 2007 e com previsão de término para 2009, sob o contrato número 207038. A equipe de pesquisa é composta por Elisa Guaraná de Castro (Coordenação); Salomé Lima Ferreira (Mestre em Ciências Sociais); Alberto Di Sabatto (Economista); Maira Martins (Mestre em Ciências Sociais), Luiz Vieira (Mestrando em Ciências Sociais/CPDA/UFRRJ); Caroline Bordalo, (Mestranda em Ciências Sociais/CPDA/UFRRJ); Estudantes de Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Andreia Matheus; Claudinez Gomes Felix; Joyce Gomes; Leonardo Domingues Costa; Maria Emilia Barrios Rodrigues; Selma Fabre Dansi. Por fim também foram utilizados dados do subprojeto «As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias: Relações de Gênero na Construção da Categoria Juventude Rural em Movimentos Sociais no Brasil» (DLCS/UFRRJ/CNPq) 2006-2008.

jovens dos movimentos sociais (anos de 2006, 2007 e 2008); entrevistas aprofundadas com lideranças das organizações de juventude, com participantes dos eventos, bem como com lideranças mais antigas dos movimentos sociais analisados; por fim realizamos o perfil dos jovens em um total de sete eventos com diferentes características, através da aplicação de um questionário. A pesquisa foi realizada com organizações do movimento sindical brasileiro (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF) e com algumas das organizações que se identificam com a Via Campesina Brasil (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Pastoral da Juventude Rural; Movimento das Mulheres Camponesas).

Um caminho analítico que se mostrou revelador nesse processo investigativo foi olhar para os jovens que se organizam nos movimentos sociais rurais hoje, no Brasil, tendo como bandeira de luta a permanência no campo. A análise deve considerar juventude, sobretudo a partir dos processos de interação social e as configurações sociais em que está imersa. Neste sentido, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social.

Os processos organizativos da juventude nos movimentos sociais rurais, questões geracionais e práticas políticas

A questão geracional

O debate sobre juventude tem sido tratado, por muitos autores, a partir do corte geracional (Foracchi, M., 1972; Bourdieu, P., 1983; Champagne, P., 1979). Duas percepções aparecem nesse campo de análise. A primeira é a abordada por Bourdieu (1983) e Champagne (1979) e que trata geração a partir de uma perspectiva relacional, em que “jovem” está em oposição à “adulto” ou “velho” devido às disputas por bens materiais e simbólicos. Bourdieu (1983) argumenta que a vivência geracional é construída a partir de,

“Aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens.” (p. 118).

No mesmo sentido, estaria associada a diferenças do acesso à educação formal. Ou seja, as relações geracionais sofrerem influência das mudanças no sistema de ensino que ampliam o acesso à formação, ao mesmo tempo

em que os títulos que representam cada ciclo de formação são desvalorizados². Assim, a noção de geração seria construída relacionamente, por oposição, mais que por aproximação. Bourdieu questiona os usos de termos como “jovem”, “juventude” e “velho” como dados a priori, a identificação ou auto-identificação é relacional, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (op. cit., p. 113).

Outra perspectiva de análise recupera Mannheim (Foracchi, M., 1972) definindo geração a partir da convivência, em dado contexto histórico, de populações que constituem gerações distintas. Para Foracchi (1972) esta abordagem contribui para se problematizar a definição físico/biológica na medida em que,

“[...] não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova da existência social.” (op. cit., p. 160).

Contudo, Mannheim (1982) apresenta um debate mais amplo que o usualmente reconhecido. Três construções conceituais de geração utilizadas pelo autor são centrais para o debate de juventude³: 1) o recorte biológico, 2) a unidade geracional, 3) e os grupos concretos (Mannheim, K., 1993: 206). Mannheim define geração em primeiro lugar como uma construção da modernidade e de sua definição de linearidade histórica. Isto é, a idéia de que a história é um sucedâneo de fatos em uma linha de tempo e nesse sentido, de que os homens se sucedem em gerações. Assim, para Mannheim geração é uma idéia eminentemente moderna. O que define um corte geracional é o nascimento. Ou seja, populações convivem estando em momentos distintos do ciclo de suas vidas e compartilham e disputam a compreensão de um dado momento histórico. Neste sentido, Mannheim discute com a concepção positivista e a concepção histórico-romântica alemã (idem, pp. 193-204) tratando o “problema das gerações”, como um problema sociológico em uma perspectiva histórica. Mas essa é uma das definições utilizadas por Mannheim, e a mais divulgada nos estudos sobre juventude, o autor trabalha outras duas dimensões.

Uma segunda definição, que o autor nomeia unidade geracional, pode ser lida como processos identitários em um contexto histórico, ainda que

² Bourdieu utiliza como exemplo o ensino secundário na França, que passou a ser acessível para filhos de todas as classes, ao mesmo tempo em que passou a ser menos valorizado no mercado de trabalho (1983: 120).

³ Ver Wivian Weller, “Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude”, 2007.

individualmente nem todos que compõem dada população se reconheçam como tal. Seria a percepção social de que dada população faz parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional, é o caso da categoria juventude em oposição a velhos, adultos, crianças. Isso pode ou não corresponder a grupos concretos e transcende os próprios grupos. Ou seja, é o reconhecimento de indivíduos e/ou grupos de indivíduos de que configuram dada categoria identitária, ainda que suas percepções sobre essa categoria diverjam ⁴. Por outro lado, a categoria juventude passa a ser mais visível nesse contexto histórico ainda que nem todos os jovens estejam envolvidos em algum grupo concreto de juventude.

A terceira definição de Mannheim é a de grupo social concreto, ou seja, a identificação nativa de geração em um mesmo contexto local. Esse grupo pode ser formado por laços prévios, isto é, por proximidade, ou por livre arbítrio. No primeiro caso o autor se refere às formações comunitárias e/ou familiares e no segundo as formações associativas. Neste segundo caso a afinidade de posição social em dado contexto histórico é um elemento central. Resgatar essas outras duas percepções de Mannheim sobre geração é o ponto de partida para a análise de juventude como uma categoria identitária marcada por percepções e ordenações geracionais. Assim, não se trata de um corte etário, a priori, e, sim observarmos de que forma as percepções sobre geração contribuem para entendermos a construção da identidade juventude nos movimentos sociais no Brasil, no caso analisado, juventude rural, e os seus processos de ordenação e engajamento político a partir da configuração de identidades políticas. Como veremos a seguir.

Juventude no contexto dos movimentos sociais rurais no Brasil: a questão geracional

Juventude rural é hoje uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam nos movimentos sociais no campo. A partir do ano 2000 observa-se uma movimentação que aciona a categoria juventude, como pode ser observado abaixo:

⁴ O autor exemplifica com a juventude do partido comunista alemão e a juventude nazista. Embora as concepções de sociedade, as leituras históricas sobre aquele momento vivido pela Alemanha e a própria forma de se perceberem como jovens possam ser distintos, se identificam como parte de uma juventude.

Tabela 1 – Eventos organizados por Movimentos Sociais Rurais

Data	Movimento	Evento
2000	Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).	<i>I Congresso Nacional da Juventude Rural</i>
2002 2006	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).	<i>I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade (em diferentes estados)</i>
2003	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (FETRAF-Sul)	<i>I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar</i>
2006	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (FETRAF-Sul)	<i>II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar</i>
2006	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)	<i>Seminário Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil</i>
2006	Pastoral da Juventude Rural (PJR)	<i>II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural</i>
2006	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (FPDS) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VI Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2006	Via Campesina Brasil	<i>I Seminário da Juventude da Via Campesina</i>
2007	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (FPDS) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VII Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2008	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (FPDS) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VIII Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2008	Via Campesina Brasil	<i>I Encontro Nacional dos Jovens do Campo e da Cidade</i>

Fonte: “Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil”.

Em alguns casos a organização como setor de juventude interna aos movimentos sociais ainda está em discussão, em outros já está formalizado. O movimento pioneiro desse debate é a Pastoral da Juventude Rural⁵. Nos principais movimentos sociais rurais brasileiros observamos processos organizativos, como na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)⁶; na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁷, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁸ e na Via Campesina Brasil⁹. Essas organizações são fruto de

⁵ “A PJR foi criada como uma das possibilidades de organização para os jovens rurais a partir do estado do Rio Grande do Sul, fruto de uma opção pela organização dada à diversidade da realidade brasileira. Ainda em 1983 é criado o Setor Juventude da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) que passa a agregar Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Estudantil. Este setor tem como tarefa principal fazer com que estes movimentos se consolidem. A PJR, embora tenha a maioria de seus grupos nas «comunidades», sua organização não se faz de acordo com a diocese ou o regional da CNBB.” (Castro, E. G., Almeida, S. L.F. Vieira, Luiz Carlos, et al, 2006:14).

⁶ “FETRAF-SUL que foi criada em 28 de março [...] A FETRAF-BRASIL/Central Única dos Trabalhadores nasce em novembro de 2005, num congresso composto por 1200 delegados de 20 estados, sendo que atualmente já atingiu 22 estados do país. De acordo com a instituição a ampliação da FETRAF-SUL, para nível de Brasil agora denominada FETRAF-BRASIL/CUT, «deve-se a incapacidade da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e das Federações de Trabalhadores da Agricultura (FETAGs) e sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), a ela vinculada de superarem antigos vícios como, assistencialismo, subordinação ao poder local, a falta de lutas por créditos, por terra, por direitos e justiça social e a falta de democracia nos sindicatos». A instituição chama à atenção para a necessidade de preenchimento de um espaço importante no meio rural com um sindicalismo combativo bem como o reforço da agricultura familiar como forma de contraposição ao modelo hegemônico baseado no agronegócio e latifúndio.” (Castro, E.G, Almeida, S. L.F., Vieira, Luiz Carlos, et al, 2006:8)

⁷ “A CONTAG foi fundada em 22 de dezembro de 1963, por trabalhadores rurais de 29 federações de 18 estados brasileiros, sendo que se torna a primeira entidade camponesa de caráter nacional reconhecida de forma legal. É resultado de todo um processo de transformações no meio rural brasileiro, com a aceleração do processo de organização em sindicatos e posteriormente a necessidade de integração dos sindicatos rurais a uma confederação que os unificasse e articulasse as lutas em nível de Brasil. No período da repressão dos militares a CONTAG sofre intervenção com a prisão do presidente e dos diretores, e outras lideranças sindicais rurais nos estados. A entidade passa a ser administrada durante um ano por uma junta governativa e, por exigência legal, as federações existentes foram reduzidas para uma em cada estado, passando de 29 para 11, sendo denominadas por Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, estrutura e nomenclatura que permanece até hoje. Atualmente está presente em todos os estados brasileiros.” (Castro, E.G, Almeida, S. L.F., Vieira, Luiz Carlos, et al, 2006:11).

⁸ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se forma a partir da união de várias lutas pela terra que ocorriam de maneira isolada em diversos estados. Os encontros nacionais foram os espaços, de discussão, onde se estabeleceram as linhas políticas do MST. O 1º Encontro Nacional ocorreu em Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984, quando a organização ainda se encontrava concentrada na Região Sul do país, mas contou com a participação de pessoas do Mato Grosso do sul, Espírito Santo, Pará, São Paulo, Bahia, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima e de representantes da Abra, CUT, CIMI e Pastoral Operária de São Paulo. (Castro, E.G, Almeida, S. L.F., Vieira, Luiz Carlos. et al, 2006:14). Hoje, completando 24 anos de existência, o MST está organizado em todos os estados do Brasil na luta não só pela Reforma Agrária, mas, como afirma “pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.” Ver <http://www.mst.org.br>

⁹ “A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses, de caráter autônomo composta por 56

mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm ocorrendo nos últimos anos. Os resultados revelaram um cenário complexo de construções identitárias. Observamos a associação formal bastante expressiva de jovens ao movimento sindical, e a outros movimentos sociais, inclusive em instâncias de direção. Uma percepção importante é a intensa participação de jovens mulheres em cargos de direção e de coordenação das organizações nacionais de juventude (Castro, E. G. de; Almeida, S., et ál, 2007).

Assim, temos um contexto onde a categoria juventude aparece expressa de maneira formal em grupos concretos fruto de processos identitários que acionam práticas conhecidas dos movimentos sociais nos quais estão inseridos, mas ao mesmo tempo, trazem novas questões e um repertório de ação que ressignifica múltiplas identidades que hoje se fazem presente no meio rural brasileiro, e apresentam demandas específicas dessa categoria.

Em uma primeira análise dos processos organizativos de juventude dos movimentos sociais rurais pode-se observar a apropriação do tema geração. Uma das formas de uso é associada à temática “renovação” e é recorrente em todos os movimentos estudados. No caso do movimento sindical da CONTAG esse tema é ainda mais presente, e não é apresentado como uma preocupação nova. A ocupação dos cargos de diretoria dos sindicatos e federações por sindicalistas, em sua maioria homens, e de uma geração mais antiga do movimento sindical tem preocupado há algum tempo a direção da CONTAG, como apareceu em entrevista com o atual presidente da CONTAG. Para esse sindicalista que está no movimento sindical há décadas, o sindicalismo rural brasileiro tem em suas direções uma maioria de homens velhos. Para ele a renovação é crucial para a sobrevivência do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Mas ele também afirma que a remitência a presença de jovens em posição de direção sofre forte resistência, especialmente nos sindicatos, mas também nas federações.

A temática também é apropriada pelos próprios jovens sobre as dificuldades de ocupar espaços de poder e decisão no movimento sindical. Essas duas questões, a preocupação da renovação dos quadros de direção dos sindicatos e federações de trabalhadores rurais, e, a disputa pela ampliação do acesso a espaços de decisão por parte dos identificados como jovens podem explicar a política de cota para a juventude. No 9º Congresso da CONTAG foi definida

organizações de países da Ásia, África, Europa e continente americano. Tem seu início em maio de 1993 a partir da primeira conferência da Via Campesina na cidade de Mons, na Bélgica, onde se definiram suas estratégias de ação, suas estratégias e sua estrutura.” (Castro, E. G. de; Almeida, S. L. F.; Vieira, L. C., et ál, 2006: 12).

uma política de cota que obriga a garantia de participação de no mínimo 20% de jovens em delegações e diretorias sindicais. Apesar da definição da política, a coordenação nacional de juventude da CONTAG afirma que a sua aplicação ainda enfrenta resistências e que muitos sindicatos e federações não estão cumprindo a cota.

No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a questão tem se apresentado de outra forma. Geração aparece no discurso dos próprios dirigentes na perspectiva que podemos analisar a partir de grupo concreto em Mannheim. Para os dirigentes nacionais entrevistados pela pesquisa, o MST é composto de três gerações de militantes¹⁰: a geração fundadora, a geração que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos, e uma geração mais nova que surge mais recentemente e que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano. O marco definidor geracional, nesse caso, não é a idade, mas, sim a entrada no movimento social. As primeiras duas gerações, em termos de faixa etária são equivalentes. Nas palavras de um dos seus dirigentes nacionais, o “MST foi formado por jovens”, se referindo ao fato de que tanto os denominados fundadores, quanto os que começaram a militar¹¹ a partir da experiência dos acampamentos e assentamentos do final da década de 1980 e início de 1990, pertencem a uma mesma geração biológica, todos estavam na faixa etária de 20 a 30 anos. No entanto, a categoria juventude não era acionada como classificação identitária nem pelos que hoje afirmam que eram jovens à época e nem pelos “adultos”, que conviviam com os jovens à época. Nas palavras do mesmo dirigente,

“Veja no campo embora eu fosse muito jovem havia uma responsabilidade muito grande desde o grupo jovem. Então, era uma coisa que acho que a gente envelhecia mais rápido. Eu não tinha uma juventude assim: ah, um monte de festas, faz o que quer e etc. A gente tinha que trabalhar. Então tinha uma responsabilidade, uma confiança, as pessoas me tratavam como adulto.”

A idéia de juventude é associada por esse dirigente a um estilo de vida, freqüentar festas, fazer o que quer, - estilo de vida que ele não mantinha, portanto, ele estaria excluído da categoria. Essa definição é distinta das acionadas nas falas e documentos das lideranças que hoje se identificam como jovens. Como pode ser observado na fala de um jovem dirigente, na mesa de abertura do I Encontro Nacional de Juventude do Campo e da Cidade,

¹⁰ Termo utilizado amplamente para designar um grau elevado de comprometimento e participação política. O verbo que deriva desse substantivo é militar.

¹¹ Ver nota 11.

“O encontro é um marco para a juventude da classe trabalhadora. Somos pequenos, mas reunimos 23 organizações”, Antônio Neto, dirigente do Coletivo Nacional de Juventude do MST e integrante do Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina Brasil ¹².

Apesar dos processos distintos de organização da juventude nos movimentos analisados pode-se afirmar que temos dois eixos centrais: 1) juventude como uma identidade política que aglutina demandas sociais específicas e estruturais visando mudanças na realidade do campo brasileiro; 2) e juventude como identidade que é acionada relacionalmente, em oposição à “velhos” e “adultos”, nos processos de disputa pelos espaços de decisão nas organizações sociais. Nesse sentido, o enfoque geracional proposto por Mannheim contribui para a análise a partir da perspectiva de identificação e auto-identificação de grupos geracionais, bem como da identificação de determinada população que se percebe como compartilhando realidades similares num dado contexto histórico. Como proposto por Bourdieu, podemos observar processos de disputa por bens simbólicos, nesse caso, legitimidade política.

Juventude no contexto dos movimentos sociais rurais no Brasil: práticas políticas

A análise das organizações de juventude dos movimentos sociais rurais apontou para uma situação recente em que a classificação como jovem tem sido assumida pelos que assim se identificam e são identificados. Uma das expressões desse processo organizativo é a organização de espaços regionais e nacionais articulados a partir da identidade juventude. Esses espaços variam em tamanho e estrutura, mas como veremos mantém como elemento comum o fato de serem espaços com forte construção simbólica, de formação e articulação política. No caso dos eventos de maior porte também representam espaços de construção de visibilidade “interna” e “externa”. Recuperando DaMatta (1990) esses espaços, nesse sentido são momentos singulares,

“O momento extraordinário que permite [...] por em foco um aspecto da realidade e, por meio disso, mudar seu significado cotidiano ou mesmo dar-lhe um novo significado.” (p. 31).

¹² “Mais de mil jovens de movimentos sociais de 20 estados se reúnem na UFF (Universidade Federal Fluminense), na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro para estudar e sistematizar questões referentes à realidade brasileira e procurar apontar conjuntamente algumas saídas para problemas enfrentados pela juventude.” Ver, <http://www.mst.org.br>.

Mas estes espaços de mobilização podem ser percebidos como eventos, no sentido atribuído por Gluckman (1987), para além de acontecimentos singulares, que articula uma complexa rede de relações. Como evento ritual, esses espaços se apresentam como lócus privilegiados de construção de identidades sociais e ressignificação do quotidiano do chamado “mundo rural”.

A riqueza para uma análise etnográfica está em acompanhar o processo de construção, desenrolar e o “após evento”, aonde é possível observar o processo de construção simbólica da categoria juventude como um ator que deve intervir na sociedade. Ou seja, a identificação como jovem camponês, jovem agricultor familiar, jovem assentado desvela um processo identitário que ressignifica o campo a partir de perspectivas e percepções que disputam as próprias categorias juventude e ser do campo.

Os eventos

A dinâmica dos eventos organizados a partir da categoria juventude variou em tamanho e estrutura. Contudo, podemos apontar elementos comuns. O primeiro é que se trata de um espaço performance, no sentido da ritualização da política, construindo e reordenando identidades sociais. Os eventos geram um duplo movimento. Por um lado, é um espaço de aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança. Por outro, esses eventos permitiram um processo de construção/consolidação da juventude como ator político para dentro dos movimentos sociais e no cenário nacional. Esses são espaços de legitimação e “demonstração de força política” tanto no campo dos próprios movimentos sociais, quanto para os atores das esferas com os quais pretendem negociar e reivindicar suas demandas.

Inicialmente podemos dividir os eventos observados em: 1) regulares dos movimentos sociais rurais, e 2) eventos de juventude. O primeiro caso trata-se de eventos que compõem o calendário organizativo e de ação política dos movimentos sociais rurais no Brasil. Estão nessa categoria as Plenárias da CONTAG¹³, os Congressos do MST, da

¹³ As Plenárias ocorrem no meio da gestão de 6 anos da diretoria eleita para a CONTAG. Acompanhamo a II Plenária da gestão que foi eleita no IX Congresso da CONTAG.

FETRAF e da CONTAG¹⁴, o Grito pela Terra Brasil¹⁵, Abril Vermelho¹⁶, dentre outros. A equipe de pesquisa acompanhou e realizou a aplicação do questionário para a composição do perfil da juventude dos movimentos sociais rurais do Brasil no V Congresso do MST (junho 2007) aonde foram aplicados 439 questionários e realizado uma contagem de população por idade e sexo; e, na II Plenária de Avaliação de Gestão da CONTAG (novembro de 2007), aonde foram aplicados 201 questionários¹⁷.

O segundo caso são eventos organizados pela juventude dos movimentos sociais rurais e para a juventude, como exposto na Tabela 1¹⁸. No ano de 2006 ocorreram três eventos de juventude, em todos realizamos um acompanhamento e aplicação de questionário, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Número de Inscritos nos eventos/responderam ao questionário

Evento	Total de Inscritos	Total de Jovens Entrevistado	%	% Delegações Entrevistadas
II Acampamento da Juventude FETRAF-SUL	700	454	55	52
O Encontro Nacional de o Programa Jovem Saber – CONTAG	467	406	87	83
II Congresso da Pastoral da Juventude Rural – PJR	900	717	80	94
TOTAL	2067	1577	76	229

Fonte: Castro, et ál., 2006.

¹⁴ O Congresso é um formato tradicional dos movimentos sociais no Brasil. São eventos nacionais com delegações por estado e geram grande visibilidade política para os movimentos. Costumam ocorrer na Capital do Brasil e agregam um numero grande de participantes, podendo chegar a dezenas de milhares. Ver www.mst.org.br; <http://www.contag.org.br/>; <http://www.fetra.org.br/site/>. Em 2007 acompanhamos até o momento o V Congresso do MST com 17.000 participantes.

¹⁵ Esse é um evento tradicional do movimento sindical contagiano, anual, em que os participantes realizam um ato na Explanada dos Ministérios em Brasília, Capital do Brasil, com o objetivo de apresentar a sua pauta de reivindicações. Ver <http://www.fetra.org.br/site/> Em 2006 acompanhamos o Grito Pela Terra Brasil.

¹⁶ Esse é um evento tradicional do MST e ocorrer anualmente em todo o país através de ocupações de terras articuladas conjuntamente. Ver www.mst.org.br

¹⁷ Os dados dessa etapa ainda estão sendo analisados e, portanto, não estão disponibilizados.

¹⁸ A pesquisa acompanhou os eventos com uma perspectiva etnográfica associando instrumentos de observação a métodos quantitativos. Como parte do processo de pesquisa realizou um perfil dos participantes nos eventos. Para acesso aos dados resumidos dessa etapa da pesquisa quantitativa ver “Perfis dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais: construções de um ator político” (Castro, Elisa, et ál., 2007).

No caso dos eventos regulares dos movimentos sociais observamos uma grande e massiva participação de jovens. Contudo, o espaço paravisibilidade como ator político ainda é restrito e em muitos casos secundarizado. Ainda assim, observamos práticas que se destacam nesse contexto. Um exemplo é a participação de dirigentes jovens nas audiências de entregas de pautas de reivindicação ao Governo Federal e participação direta nas reuniões de negociação. Isto foi observado no Grito da Terra Brasil no ano de 2006, e está presente nos relatos de entrevistados, principalmente dos jovens sindicalistas. Nesse artigo detalharemos o segundo tipo de evento, os de juventude.

Os eventos da juventude do campo

As etapas de preparação, viabilização, realização, e o período após os eventos organizados pela própria juventude são chave para compreendermos a dimensão do processo de consolidação da juventude rural como ator político no Brasil hoje. A preparação desse tipo de evento envolve a disputa pela legitimidade da juventude como ator político na sociedade brasileira e nos próprios movimentos sociais. Observou-se que apesar da percepção da importância da juventude, seja como população que sofre com questões sociais e econômicas agudas, seja como ator político, o processo de construção dos eventos carrega as dificuldades de uma categoria ainda pouco reconhecida. Assim, foi recorrente a dificuldade de conseguir recursos para a realização dos eventos de juventude. Percebemos a presença de dirigentes nacionais em todos os eventos de juventude, em especial os de âmbito nacional. Se por um lado isso atesta a importância do evento, em alguns casos foi lido como um certo cerceamento da condução dos trabalhos.

A programação desses eventos varia, mas alguns elementos são recorrentes, como a alternância de momentos de atividades consideradas culturais (música, dança, teatro, exibição de filmes, etc.) com momentos percebidos como de formação e/ou articulação política no sentido de análises sobre a realidade, definição de demandas, propostas e ações políticas. Esses espaços podem ser “para dentro” no sentido de voltados exclusivamente para os participantes, ou “para fora”, como a mobilização de rua que permite a visibilidade do evento. Neste sentido, também se pode falar em uma ação “para dentro” dos movimentos, no sentido de dar visibilidade a própria categoria juventude nos movimentos sociais rurais,

e “para fora” se fazendo visível para a sociedade através da presença física nas ruas e legitimando ações de negociação, demanda e pressão junto ao poder público.

Os documentos formais produzidos nesses espaços são bons exemplos. Reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e a terra. Constroem essas demandas no contexto de transformação social da própria realidade do campo e o fazem tendo um interlocutor claro, em muitos casos a Presidência da República. Os documentos também expressam processos de construção de identidade social e representações simbólicas que são marcantes nesses eventos.

Isto pode ser observado no documento “Carta da Juventude Camponesa”, entregue ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva ao término do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural, realizado em Brasília em julho de 2006, com a presença de mais de 1000 jovens. Neste documento as demandas tratam de questões específicas como,

“... ampliar os investimentos nas Escolas Agrotécnicas Federais e nas Universidades Rurais, bem como garantir acesso à juventude rural.”; e “... Crédito rural: Criar uma linha de crédito especial para a juventude no campo, em moldes diferentes do Pronaf Jovem, que ofereça condições de acesso à juventude.”

Mas, também reivindicam questões mais amplas no que concerne à política agrária, como no trecho,

“O modelo agropecuário centrado no agronegócio tem penalizado a população rural, especialmente a juventude. [...] Sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo.”

E questões que dizem respeito à esfera macro econômica, tais como,

“... é necessário mudar a política econômica, alterando o modelo agropecuário, eliminando o superávit primário e adotando como prioridade investimentos na geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.”

Mas o momento de maior visibilidade em eventos de juventude, especialmente os mais massivos, são as manifestações de rua. Observamos na maioria dos eventos que ocorreram entre 2000 e 2008 a realização de pelo menos uma manifestação de rua por evento. Denominadas marchas, caminhadas, atos, essas ações são organizadas visando dar visibilidade nacional e/ou regional ao/aos movimento(s) envolvido(s) e, ao mesmo tempo, fortalecer e legitimar a juventude nos próprios movimentos sociais.

Isso ocorreu no I Congresso da Juventude Rural em 2001, com uma marcha pela Capital do país e a entrega de um documento para a Presidência da República; no II Congresso da Pastoral da Juventude Rural com marcha pela Capital e entrega de uma carta/reivindicação ao Presidente Lula; no II Acampamento da FETRAF-SUL, com uma marcha até a capital do Rio Grande e do Sul e a entrega de um documento ao Ministro de Desenvolvimento Agrário, dentre outros.

Esse tipo de prática política não é novo, as manifestações de rua têm longa tradição nos movimentos políticos de todos os matizes e em diferentes contextos históricos. No Brasil é um recurso tradicional, principalmente de movimentos sociais populares e de trabalhadores e de partidos políticos de esquerda. O que se observa de diferente no formato é a intensa utilização da música e da teatralidade¹⁹.

A análise desses eventos permitiu alargar a reflexão sobre juventude como uma categoria disputada socialmente e que revela relações de hierarquia social. E ainda, como esse processo está em um momento de grande efervescência e de disputa de classificações permeada por conflitos intergeracionais, mas também do próprio reconhecimento da diversidade da categoria juventude no Brasil. Nesse sentido, o processo de disputa por reconhecimento da juventude rural tem sido um lócus rico para se analisar a categoria juventude, seus diferentes contextos, e como estes ressignificam e reinventam “antigas” práticas políticas.

Algumas Considerações Finais

Movimentos sociais rurais, que se de finem como agricultura familiar, como trabalhadores ou como camponeses, estão hoje se organizando a partir da identidade juventude e se apresentando como ator político. A participação desses jovens em movimentos sociais e principalmente em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude. O que, também, explica o número expressivo de eventos massivos, realizados por essas organizações, nos últimos anos e os espaços de negociação que este ator político vem conquistando, seja junto a gestores de políticas públicas, seja no âmbito dos próprios movimentos sociais. Assim, jovem da roça, juventude rural, juventude

¹⁹ Não será possível uma análise mais detalhada das práticas políticas da juventude rural, por estarmos ainda em fase de conclusão do relatório da pesquisa em curso.

camponesa são categorias aglutinadoras de atuação política. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos “jovens” pelo meio rurais. Apesar da quantidade significativa de eventos da juventude rural no cenário nacional brasileiro, essa categoria não tem sido foco prioritário para as políticas públicas de juventude. Pode-se afirmar que uma leitura possível para essa invisibilidade é o fato de ser percebida como “população minoritária”, mas, é possível afirmar que esse processo é parte da reprodução da hierarquia campo/cidade, que gera representações sociais sobre o campo e que fazem parte dos processos de reprodução das desigualdades sociais na sociedade brasileira.

A consolidação desse ator político implica ressignificações do campo e da cidade e de identidades sociais como campesinato, em uma disputa por classificações, mas, também, pelo aumento do campo de probabilidades (Bourdieu, 1982) para o jovem que quer ficar no campo. Assim, como pelo espaço de ação dentro dos movimentos sociais. Um ator político que vive um processo de construção de identidades, mas que expressa angústias e demandas de uma massa de jovens que hoje, assim se percebem e são percebidos, e que experimentam, cotidianamente, a desigualdade do campo brasileiro, como resposta, se posicionam contrários ao “esvaziamento do campo”, se organizam na luta por mudanças sociais e na busca de novas utopias.

Bibliografia

- ABRAMO, H. W. (1997), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”, in PERALVA, A., e SPOSITO, M. (orgs.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, N° 5/6, São Paulo: ANPED, pp. 25-36.
- ABRAMOVAY, R., et ál (1998), *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*, Brasília, UNESCO.
- AMIT-TALAI, V., e WULFE, H. (orgs.) (1995), *“Youth Cultures” – a cross-cultural perspective*, Londres e Nova York, Routledge.
- BOURDIEU, P. (1983), “A Juventude é apenas uma palavra”, in *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp. 112-121.
- (1982), “Ce que parler veut dire – ‘L’économie des échanges leinguistiques’”.
- (1977), “Une classe objet”, in *Actes de lá Recherche en Sciences Sociales*, N° 17-18, pp. 2-5, nov.

- CASTRO, E. G. de (2005), *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*, Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.
- (2008), “Os jovens estão indo embora? – relações de hierarquia e disputa nas construções da categoria juventude rural”, in COSTA, S.; SANGMEISTER, H., e STECKBAUER, S. (orgs.), *O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências*, São Paulo, Annablume.
- CASTRO, E. G. de; ALMEIDA, S. L. F.; VIEIRA, L. C.; RODRIGUES, M. E. B.; FELIZ, C. (2007), “Identificação e mapeamento preliminares das principais organizações de juventude rurais e sobre jovens rurais no Brasil”, Rio de Janeiro, UFRRJ/NEAD/MDA/IICA, relatório de pesquisa (Indisponível para divulgação).
- ; CARVALHO, J. G. de; DANSI, S. F.; MANSO, T. C. R.; MATHEUS, A. C. (2007), *Perfis dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais: construções de um ator político*, XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1º de junho de 2007, UFPE, Recife (PE), GT18: Reforma Agrária e Movimentos Sociais Rurais. <http://www.sbsociologia.com.br/>
- ; MATHEUS, A.; CARVALHO, J. G.; DANSI, S. F.; MANSO, T. C. R. (2006), “Estudo Preliminar para a composição de um perfil da juventude dos Movimentos Sociais Rurais”, *Seropédica*, UFRRJ, relatório de pesquisa.
- CHAMPAGNE, P. (1979), “Jeunes Agriculteurs et vœux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Editions de Minuit, N° 26, 27, mars-avril, pp. 83-107.
- DAMATTA, R. (1990), *Carnavais Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro, Guanabara, 5ª ed.
- ELIAS, N. (1990), *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FLITNER, A. (1968), “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude”, in BRITTO, S. (org.), *Sociologia da Juventude*, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 37-67.
- FORACCHI, M. M. (1972), *A Juventude na Sociedade Moderna*, São Paulo, Pioneira/Ed. Da Universidade de São Paulo.
- GLUCKMAN, M. (1987), “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, in FELDMAN-BIANCO, B. (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*, São Paulo, Global, pp. 227-344.
- GOFFMAN, E. (1980), *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PEIRANO, M. (org.) (2001), – *Dito e Feito – ensaios de antropologia dos Rituais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- (2001), “A Análise antropológica dos Rituais”, in PEIRANO, M. (org.) – *Dito e Feito – ensaios de antropologia dos Rituais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 15-40.
- JENTSCH, B. & BURNETT, J. (2000), *Experiences of rural youth in the “risk society”: the transition from education to employment*, Rio de Janeiro, X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Mimeo.

- LEVI, G., e SCHMITT, J. (1996), “Introdução”, in *História da Juventude*, São Paulo, Companhia das Letras, (v. I).
- MANNHEIM, K. (1982), *Sociologia*, Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (org. FORACCHI, M. M.), São Paulo, Ática.
- (1993), “El Problema de Lãs Generaciones”, in REIS, 62, pp. 193-242, Madrid.
- MARGULIS, M. (1996), *“La juventud es más que una palabra”*, Buenos Aires, Biblos.
- MARESCA, S. (1983), *Lês Dirigeants Paysans*, Paris, Lês Édition de Minuit.
- MOURA, M. M. (1978), *Os Herdeiros da Terra*, São Paulo, HUCITEC.
- NOVAES, R. R. (1998), “Juventude/ juventudes?”, in *Comunicações ISER*, N° 50, ano 17, Rio de Janeiro, ISER.
- THÉVENOT, L. (1979), “*Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements*”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, N° 26-27, março-abril, pp. 3-18.
- WEISHEIMER, N. (2005), *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*, Brasília, Nead/MDA.
- WELLER, W. (2007), Karl Mannheim: *Um Pioneiro da Sociologia da Juventude*. Paper apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1° de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

elisaguarana@gmail.com

Elisa Guaraná de Castro. Dra. en Antropología por el Museo Nacional de la Universidad Federal de Río de Janeiro. Jefa del Departamento de Letras y Ciencias Sociales. Profesora Adjunta del Departamento de Letras y Ciencias Sociales y del Programa de Postgrado de Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro.

RECIBIDO :15 de Agosto de 2008

ACEPTADO: 03 de Octubre de 2008